

Negociação mais ampla depende de definições na área política

por Reginaldo Heller
do Rio

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, deverá encontrar um ambiente bastante receptivo entre os banqueiros estrangeiros com quem deverá reunir-se, nos Estados Unidos, para analisar os acertos finais do acordo para a efetivação do empréstimo-jumbo de US\$ 8,5 bilhões. Segundo opinião de representantes de bancos estrangeiros e alguns banqueiros brasilei-

ros com acesso fácil ao mercado financeiro internacional, o clima diplomático no exterior sofreu nos últimos dias mudanças sensíveis, após o suave e consequente da rejeição do Decreto-lei nº 2.005.

Marcelio Marques Moreira, vice-presidente do Unibanco, que acaba de regressar dos Estados Unidos, declara-se testemunha deste novo cenário. Contudo, Moreira pôde constatar a necessidade, afirmada repetidamente, de uma ne-

gociação mais ampla e abrangente da dívida externa brasileira, apenas possível à medida que os interlocutores brasileiros possam assumir uma definição em relação à sucessão presidencial.

E mais: que o respaldo político do novo governo confira legitimidade às futuras negociações. Mas para o vice-presidente do Unibanco, uma negociação global da dívida não só tem limitações de tempo — devendo-se evitar precipitações —, como ainda es-

truturais ou institucionais. Para o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, as discussões em torno de uma solução mais globalizante da dívida externa brasileira deveriam, de fato, ser detonadas, ainda que demore algum tempo até o acordo definitivo. "Eu, pelo menos", disse Simonsen, "já estaria pensando a mais longo prazo."

Segundo informações de fontes banqueiras, muitos pequenos bancos credores insinuaram, nas últimas semanas, vender suas posições em títulos brasileiros, numa derradeira tentativa de sair do circuito, ou risco, Brasil. Contudo, pressionados pelo comitê de assessoramento da dívida externa e temerosos de realizar prejuízos, acabaram também participando do gigantesco sindicato para a concessão do mega-empréstimo. O último problema pendente, agora, é a compatibilização entre os números dos bancos credores e os números do Banco Central. Isto, para definir a participação de cada banco no empréstimo, consoante a regra de 11% das posições em carteira. Em relação ao interbancário, esta compatibilização vem sendo feita diretamente com o Banker's Trust, coordenador do projeto 4, já que o Banco Central teria, segundo informações de bancos credores, abandonado o acompanhamento sistemático.